



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo I – Inquérito Policial

6.º) Requisição de representante do Ministério Público ou juiz para instauração de inquérito policial¹

Comarca, data.

Ofício n.º ____.

Senhor Delegado de Polícia

Chegando ao meu conhecimento, nesta data, que “Z”, ____ (qualificação),² valendo-se de um talão de cheques pertencente a “V”, passando-se por este, ingressou no estabelecimento comercial denominado ____, situado à Rua ____, n.º ____, nesta cidade, emitiu cheque e retirou mercadoria, obtendo, para si, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, levando o comerciante a erro, o que caracteriza, em tese, o delito de estelionato, conforme declarações prestadas pela vítima em meu Gabinete (documento anexo), requisito de Vossa Senhoria as providências necessárias para a instauração do inquérito policial, nos termos do art. 5.º, II, do CPP.

Indico, desde logo, as seguintes testemunhas, que poderão ser encontradas no mesmo endereço do estabelecimento comercial supra referido: ____, ____, ____ e ____.³

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Senhoria os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Promotor de Justiça

Ilmo. Sr.

Dr. _____.

DD. Delegado de Polícia da Comarca de ____.

____.º Distrito Policial – Bairro ____.

¹ O inquérito, por crime de ação pública incondicionada, pode ser instaurado por provocação do Ministério Público ou do Juiz de Direito (art. 5.º, II, CPP). Preferimos inserir um modelo de requisição do MP, pois é mais comum que o faça. O modelo do magistrado é praticamente idêntico.

² A qualificação é importante para que a autoridade policial possa encontrar, ouvir e, se for o caso, indiciar o autor da infração penal. Entretanto, se o Ministério Público não a tiver, cabe ao delegado investigar a respeito.

³ Fornecer, se possível, a qualificação de todas.